

Intervenção sobre a Informação Escrita do Sr. Presidente da CML de 1 de Fevereiro a 31 de Março de 2017, na Assembleia Municipal de Lisboa de 11 de Abril de 2017

Na apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da CML, o primeiro assunto que Os Verdes pretendem abordar está relacionado com as **árvores** na cidade de Lisboa, até porque recebemos, mais uma vez, denúncias sobre esta matéria.

Falamos das árvores da Av. Guerra Junqueiro e da Praça de Londres, mas os exemplos estendem-se a toda a cidade. Na página oficial da autarquia encontrávamos ontem 26 locais a serem intervencionados. Hoje, apenas encontramos 24, tendo sido retiradas as intervenções a realizar na Av. Guerra Junqueiro e na Praça de Londres.

Apesar de, aparentemente, estas árvores estarem saudáveis, diz a Câmara Municipal de Lisboa que, por apresentarem graves sinais de decrepitude e defeitos estruturais, podendo pôr em causa a segurança de pessoas e bens, serão abatidas e substituídas.

O que pretendemos saber é ao todo quantas árvores serão abatidas no âmbito destas intervenções? Porque esta história de marcar árvores para abate e depois o executivo decidir que afinal já não serão todas abatidas, não nos dá muita segurança de que a Câmara saiba o que está a fazer, e decisões destas não se podem tomar de ânimo leve. E, mais uma vez, a informação aos munícipes falhou.

Para Os Verdes é inaceitável a forma como as árvores são tratadas pelo executivo, que se esquece que as árvores são património e um bem público de todos nós.

Tão importante como plantar novas árvores, é preservar e saber cuidar das árvores que foram plantadas no passado, e que fazem parte da memória dos locais e das pessoas que os habitam.

Também é preciso ter presente que muitas vezes há soluções técnicas para as árvores doentes, permitindo que vivam mais tempo, sem colocar em risco a segurança. Por isso, defendemos que cada caso é um caso e tem de ser analisado na sua individualidade.

Por tudo isto, gostaríamos de obter esclarecimentos do executivo sobre estes abates.

Os Verdes informam ainda que entregarão um requerimento a solicitar toda a documentação relativa aos abates de árvores, designadamente os pareceres do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida.

E este assunto remete-nos para o **Regulamento do Arvoredo**, assunto que consideramos que deve ser retomado urgentemente na 4ª Comissão.

Na altura da discussão na generalidade, Os Verdes defenderam que a proposta devia ser aperfeiçoada e, apesar de o regulamento resolver alguns problemas, precisava de ir mais longe.

No entanto, o regulamento está parado. A capital do país não consegue ter um regulamento do arvoredo e isso é lamentável.

Desde o início que alertámos para as incoerências e fragilidades da transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, e a trapalhada que veio juntamente com o Regulamento do Arvoredo aqui está para o provar.

Tivemos também conhecimento que dezenas de árvores foram abatidas nas traseiras no Bairro da Boavista, em pleno **Parque Florestal de Monsanto**. Alegadamente, a razão evocada prende-se com a expansão das instalações do Grupo Desportivo de Direito Rugby, localizado neste Bairro.

Tendo em conta que nas conclusões do debate sobre Monsanto, onde ficou expresso nas recomendações aprovadas por unanimidade que não seriam autorizadas novas políticas de delapidação ambiental do Parque Florestal, como explica a Câmara mais este desbaste?

Um outro assunto sobre o qual não encontramos uma única referência é o **amianto** e gostaríamos de saber qual a razão para isso. Durante o período compreendido por este relatório nada foi feito no sentido da resolução deste problema na cidade?

Ainda sobre a **Provedora dos Animais**, questão já abordada nesta reunião, encontramos apenas esta referência “Avaliação das reclamações sobre condições de alojamento de animais provenientes do Gabinete Municipal da Provedora dos Animais de Lisboa”.

Ao longo deste mandato já duas pessoas desempenharam esta função e, segundo se sabe, a recente demissão da Provedora deveu-se à falta de meios para desempenhar o cargo.

Numa altura em que a legislação tem apresentado desenvolvimentos consideráveis, assim como os cidadãos estão mais conscientes para a protecção e o bem-estar animal, é lamentável que Lisboa se encontre nesta situação. O executivo deve valorizar de forma séria, responsável e coerente esta matéria, e ter consciência que não se fazem omeletes sem ovos. Não se pode exigir mudanças sérias se o próprio executivo não levar a sério o exercício destas funções e não procurar dar respostas rápidas e eficazes às recomendações.

Passando a outro tema, logo na introdução do Sr. Presidente da CML, é referida a cerimónia de reabertura do **Pavilhão Carlos Lopes** e parece que estamos perante um folheto turístico descrevendo este icónico edifício.

Curiosamente, ou não, aqui nada é dito sobre o que realmente se passou.

A CML decidiu entregar a gestão do Pavilhão Carlos Lopes à Associação de Turismo de Lisboa, uma entidade externa, tal como o decidiu fazer também para os edifícios do Terreiro do Paço. Esta opção é bem demonstrativa de como o executivo promove a sobreposição dos interesses particulares ao interesse colectivo. Entregar a terceiros o património emblemático da cidade tem sido a máxima deste executivo.

Mas não ficamos por aqui. A reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes foi consumada para encontros empresariais e não para actividades desportivas, pois o campo está completamente vazio, sem bancadas, sem marcações no solo ou equipamentos desportivos, balizas, redes, tabelas, etc. Ou seja, quem quiser que alugue estes equipamentos e os transporte para lá, de acordo com o presidente da Associação de Turismo de Lisboa.

E também não tem balneários! O Pavilhão Carlos Lopes foi desportivamente destruído pelas mãos deste executivo.

Podemos dar também o exemplo do **Cineteatro Capitólio** em que a CML decidiu que a sua programação fosse concessionada a entidades privadas.

Hoje mesmo foi anunciado o lançamento do concurso, por parte da EGEAC, para a exploração do Capitólio.

Se é a própria CML que reconhece que este espaço tem condições para acolher qualquer tipo de programação cultural, não tendo paralelo nos restantes equipamentos municipais, era importante sabermos por que razão opta por concessionar a programação do Capitólio a entidades privadas?

Em alternativa, não considera que poderia e deveria ser a CML a entidade responsável por esta programação?

Relativamente a um assunto já abordado há pouco no PAOD, é com alguma estranheza que reparamos que sobre a **Piscina da Penha de França** apenas se diga, na página 138, nas Obras em Instalações Desportivas Municipais que se está a fazer o acompanhamento da obra. Mais nada.

Lisboa tem uma piscina desactivada há sete anos, a Câmara mais uma vez demitiu-se das suas responsabilidades, passando-as para entidades externas, a primeira pedra foi lançada e depois gerou-se o desentendimento. Resultado: a piscina continua encerrada e a população continua privada deste equipamento. É esta a perspectiva do executivo de uma boa gestão?

Já aqui referimos o Pavilhão Carlos Lopes, o Capitólio e a Piscina da Penha de França e os exemplos não ficam por aqui. Que mais provas quer o executivo de que esta fórmula não funciona? A Câmara Municipal de Lisboa não se pode demitir de todas as suas funções e passar as suas responsabilidades para entidades externas.

São opções, mas são opções erradas!

E tudo isto é exemplificativo de como este executivo actua. A Informação Escrita começa assim “O Presidente da Câmara Municipal deve entregar, em cada sessão ordinária da Assembleia Municipal, uma informação escrita sobre as informações do Município.”

E por informação entendemos que, enquanto deputados municipais, temos o direito a ser informados e o Sr. Presidente tem o dever de prestar esses esclarecimentos.

Mas não, parece que estamos perante um relatório de contra-informação e isso é incorrecto e desrespeitador desta Assembleia. Alguns assuntos são omitidos e o executivo apenas refere a parte dos processos que lhe convém, como se fosse possível esconder a realidade dos factos.

Já tínhamos alertado para esta situação, e contestado esta postura do executivo que se mantém sessão após sessão, o que demonstra que há muita falta de vontade de fazer as coisas como devem ser feitas e que reflecte também que, afinal, há alguns aspectos que a Câmara Municipal prefere esconder na Informação que presta a esta Assembleia.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”